



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação KAPPA

TERMO

DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2021/KAPPA/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0055.383732/2020-41

OBJETO: Registro de Preços visando a aquisição **de material de informática, eletrônico e bens móveis**, para atender as necessidades de suporte tecnológico, eletrônico e mobiliário do CETAS.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através do(a) Pregoeiro(a), designado(a) por meio da **Portaria Nº 131/SUPEL/GAB, publicada no DOE do dia 05.11.2020**, em atenção à intenção de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI**, já qualificadas nos autos, com base no princípio da vinculação ao edital, da legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública, bem como legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

1. DA ADMISSIBILIDADE

A empresa **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI**, manifestou sua intenção recursal em momento oportuno, contra a habilitação ocorrida neste Pregão Eletrônico.

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, o(a) Pregoeiro(a) recebe e conhece a intenção interposta, sendo considerada tempestiva e encaminhada por meio adequado.

2. DAS RAZÕES DO RECURSO

a) TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Apresentamos, em síntese, a intenção e recurso administrativo da referida recorrida:

Intenção

Manifestamos intenção de recorrer nos termos do Acórdão 339/2010 do TCU, que recomenda a não rejeição da intenção de recurso, tendo em vista que a empresa **HYPER TECHNOLOGIES COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICOS E – CNPJ: 40.689.972/0001-50**, apresentou proposta em desconformidade ao TR do Edital,

pois ofertou produto TOMATE MPR-2007, que não atende o requisitos obrigatórios pois possui tamanho de imagem de 60–120pol e não possui interface de rede wireless, demais argumentos na peç.

Recurso

Em síntese, a empresa vencedora, ora Recorrida, apresentou proposta em desacordo com o especificado no Edital. De forma clara e objetiva, para o item 9, “(...) ao ser publicado o edital, em seu Termo de Referência, para o item 9, dentre outras características, exigiu as seguintes especificações técnicas:

“(...) Cobertura da tela: De 30 a 300 polegadas;
E - “Interfaces de rede: Rede: Wireless LAN”. (...)”

No entanto, a recorrida ofertou em sua proposta o equipamento Projetor marca TOMATE modelo MPR-2007, o qual não atende a especificação acima indicada, EIS QUE conforme pode ser visto nos diversos sites de revenda na web e em seu descritivo técnico, possui tamanho de imagem de 60 – 120 polegadas, muito inferior ao exigido, além disso não possui interface de rede wireless, sendo assim não atende o solicitado no Termo de Referência do Edital..

DO PEDIDO:

- a) reconhecer a inadequação da proposta declarada vencedora do item 9, desclassificando-a e revogando a decisão que a declarou vencedora; e.
- b) revogado o resultado do certame, convocar, na sequência da ordem de classificação, a proposta da TOPMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, pois é a PRÓXIMA EMPRESA QUE ATENDE COMPLETAMENTE AO EDITAL;

Nestes termos, pede deferimento.

3. DAS CONTRARRAZÕES

Não houve.

4. DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetividade e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Dito isso, após criteriosa análise do recurso interposto pela Recorrente passamos ao Julgamento.

Inicialmente frisa-se que, o certame licitatório ocorre em consonância com o Termo de Referência, documento obrigatório e prévio do procedimento licitatório, visto que, é o documento que apresenta as características mínimas do objeto de acordo com a necessidade do Órgão Requisitante. Por este motivo, antes da classificação e aceitação por esta pregoeira da proposta apresentada pela empresa participante, os autos foram encaminhados ao Órgão requisitante para análise e emissão de parecer técnico quanto ao objeto ofertado, conforme informações no despacho CETAS-GAD, anexo aos autos (ID- 0021177952).

Assim, conforme análise técnica, através do DESPACHO CETAS-GAD, anexo aos autos (ID- 0021177952), atestado pelos servidores **ERIVAN ARRUDA ROSENDO** (Agente Administrativo/CETAS) e **LUCIENE CARVALHO PIEDADE ALMEIDA** (Diretora Geral/CETAS), o objeto ofertado atendia as exigências mínimas do Termo de Referência, vejamos:

“...O equipamento ofertado pelo fornecedor HYPER TECHNOLOGIES, contido no documento (0018700555) **Atende as necessidades desta ET/SUS/CETAS/RO....**”

Desta maneira, esta Pregoeira, em obediência as informações quanto as necessidades daquele órgão, informando que o objeto ofertado atendia ao solicitado, classificou a proposta apresentada pela empresa recorrida.

Contudo, em fase recursal, a recorrente alegou que o modelo ofertado, não atendia ao edital em itens relevantes para o usuário.

Desta maneira, devido ao questionamento apresentado e por tratar-se de questão técnica quanto a especificação do equipamento, fora remetido os autos para uma reanálise da proposta apresentada, bem como as razões alegadas no recurso.

Com isso, a Secretaria de Origem por meio da Análise técnica através do DESPACHO CETAS-GAD (ID-0021654844), assinada pelos servidores: **ERIVAN ARRUDA ROSENDO** (Agente Administrativo/CETAS) e **LUCIENE CARVALHO PIEDADE ALMEIDA** (Diretora Geral/CETAS), atestou em síntese o que segue:

“... O equipamento ofertado pelo fornecedor HYPER TECHNOLOGIES, contido no documento (0018700555) **Atende as necessidades desta ET/SUS/CETAS/RO.**”

Em vista dos argumentos observados, e por tratar-se de questão exclusivamente pertinente as necessidade daquele órgão, esta Pregoeira acata a análise técnica.

Há que se consignar ainda que, a Pregoeira não utilizou critérios de julgamento diferenciados, restando evidente que os mesmos direitos que restaram à disposição de um licitante, também se estenderam aos demais, em consonância com o princípio da isonomia.

5. DA DECISÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Pregoeira, consubstanciada pela narrativa ora exposta, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-o **tempestivo**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **Improcedente**, mantendo a decisão exarada na Ata do **Pregão Eletrônico n° 007/2021/KAPPA/SUPEL/RO** do dia **06/10/2021**.

Por fim, submetemos a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho/RO, 28 de outubro de 2021.

IZAURA TAUFMANN FERREIRA
Pregoeira KAPPA/SUPEL/RO